



Universidade Estadual da Paraíba
CEDUC – Centro de Educação

KECIA CARDOSO COUTINHO

**A FUNÇÃO SUPERVISORA NO COTIDIANO
DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO
DE INGÁ/PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2011**

KECIA CARDOSO COUTINHO

**A FUNÇÃO SUPERVISORA NO COTIDIANO DE UMA
ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE INGÁ/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. Inácio de Araújo Macêdo

**CAMPINA GRANDE - PB
2011**

C871f

Coutinho, Kecia Cardoso.

A função supervisora no cotidiano de uma escola pública no município de Ingá/PB [manuscrito]./ Kecia Cardoso Coutinho. – 2011.

40f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Ma. Inácio de Araújo Macêdo, Departamento de Educação”.

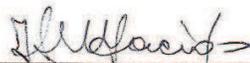
1. Supervisão educacional. 2. Supervisor. 3. Formação.
I. Título.

21. CDD 371.203

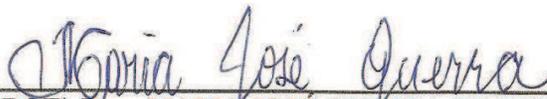
KECIA CARDOSO COUTINHO

**A FUNÇÃO SUPERVISORA NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE INGÁ/PB**

• BANCA EXAMINADORA



PROF^o. Ms. INÁCIO DE ARAÚJO MACÊDO
ORIENTADOR



PROF^a. Dra. MARIA JOSÉ GUERRA-DE/CEDUC/UEPB
EXAMINADORA



PROF^a. Ms. ELVIRA BEZERRA PESSOA
EXAMINADORA

Aprovada, em de novembro de 2011.

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
Dez /2011

AGRADECIMENTOS

A Deus o Pai Eterno, criador de tudo e de todos, salvador, sustentador do universo, pela dádiva da vida e a oportunidade de viver muitas experiências nesse ambiente acadêmico.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Elza por ter me ensinado o valor do conhecimento. Cada um de seus atos foi uma oportunidade que eu tive para crescer e me tornar o que sou.

Ao professor Inácio pelo tempo e paciência a mim dedicado e pelo espírito crítico o qual espero, pelo menos em parte, ter adquirido.

As minhas queridas amigas, Virgínia e Raquel, quero agradecer os grandes momentos de alegria e também os de tristeza que repartimos e a oportunidade maravilhosa de ter compartilhado com elas todas essas experiências.

Por fim, meu mais sincero agradecimento ao meu querido marido e aos meus dois filhos Davi e Samuel, pelo apoio e dedicação, sempre me incentivando a prosseguir apesar das inúmeras dificuldades surgidas durante este caminho, amo vocês.

RESUMO

O presente trabalho procurou analisar a função supervisora em uma escola pública na cidade de Ingá. Registramos o papel da Supervisão Educacional praticada ao longo dos anos, desde o caráter controlador e fiscalizador assumido com o fim de servir à realidade político-econômico-social da época, até o caráter de coordenador e orientador do trabalho pedagógico, relevante para o desenvolvimento de um processo educativo eficaz. Os dados bibliográficos foram buscados em diversos autores, a exemplo de Rangel, Ferreira, Libâneo, Medina, Silva Júnior, Silva, entre outros. O tema proposto aborda os desafios da supervisão no cotidiano de uma escola pública, que tem por objetivo atender as exigências de uma escola inserida em uma sociedade em permanente transformação. A pesquisa descritiva qualitativa realizada envolveu entrevistas com a supervisora desta escola, atuante na rede Municipal de Ensino do município de Ingá e os dados coletados revelaram que hoje, ainda existem Supervisores burocráticos, tradicionais, que não acompanham uma educação mais transformadora, inovadora e atualizada, que pouco conhece os pressupostos teóricos, concepções pedagógicas e legislações que permeiam sua função, mas que luta com dificuldades por reciclar-se, por tornar a sua profissão e conseqüentemente a sua pessoa, em agentes contribuidores de um mundo melhor, sendo um mediador e facilitador da transformação do ambiente escolar em um ambiente produtivo, enriquecedor. É preciso, ainda, que a Supervisão Educacional continue buscando sua formação profissional e pelo cumprimento eficaz e responsável de suas funções e atribuições.

Palavras-chave: Supervisor Educacional; formação profissional; função supervisora.

SUMMARY

The present study was to analyze the oversight function in a public school in the city of Inga. We recorded the role of Educational Supervision practiced over the years, from the supervisory controller and assumed character in order to serve the political reality of the economic and social time, until the character of coordinator and supervisor of pedagogical work, relevant to the development of an effective education process. The bibliographic data were collected in several authors, like Rangel, Ferreira, Lebanon, Medina, Junior Silva, Silva, among others. The theme addresses the challenges in the daily supervision of a public school, which aims to meet the requirements of a school embedded in a constantly changing society. A descriptive qualitative study involved interviews with the supervisor of the school, active in municipal schools in the city of Inga and the data collected revealed that today there are still bureaucratic supervisors, traditional, they do not follow a more transformative education, innovative and updated just know that the theoretical, pedagogical concepts and laws that underlie its function, but are struggling for recycling, for making their profession and therefore his person, agent-contributors to a better world, being a mediator and facilitator the transformation of the school environment to a production environment, enriquecedor. É also necessary, that the education Oversight continue to seek their professional training and compliance with effective and responsible for its functions.

Keywords: Educational Supervisor, training, oversight function.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A SUPERVISÃO	11
1.2 REALIDADE NACIONAL- DESAFIO À SUPERVISÃO EDUCACIONAL.....	13
1.3 A FUNÇÃO SUPERVISORA E ELEMENTOS PRESENTES NO COTIDIANO ESCOLAR.....	14
1.3.1 Planejamento e Avaliação.....	16
1.3.2 Currículo.....	18
CAPÍTULO II	
2. METODOLOGIA.....	20
2.1 O CAMINHO PERCORRIDO.....	20
CAPÍTULO III	
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO INSTRUMENTO.....	24
3.1 O QUE DIZ A SUPERVISORA SOBRE A FUNÇÃO SUPERVISORA E SUAS ATRIBUIÇÕES.....	24
3.2 O SIGNIFICADO DO PLANEJAMENTO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO NA VOZ DA SUPERVISORA.....	27
3.3 A AVALIAÇÃO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO OLHAR DA SUPERVISORA.....	31
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	35
ANEXOS.....	38

INTRODUÇÃO

A escola assume um papel fundamental na estrutura social inclusive como fator de mudanças, que pode trazer contribuições para que a sociedade se torne um ambiente mais justo, solidário e igualitário.

A nossa realidade escolar apresentam muitas dificuldades no desenvolver da prática, por ausência de consciência das próprias ações pedagógicas, momentos de reflexão e de socialização de experiências por parte dos educadores.

As constantes transformações da sociedade nos mostra que a escola não pode estar isolada desta realidade. Alves e Garcia (2002) diz, “...surpreendente seria se face a uma realidade em permanente mudança se mantivesse a escola e sua organização intocáveis como se por lá não passasse o tempo...”

A prática pedagógica é o conjunto das experiências sócio-educativas vivenciadas relacionando a teoria estudada com a prática, em um processo de reflexão da ação (movimento ação – reflexão – ação), permitindo assim a construção do conhecimento para a busca da transformação da prática. Esta transformação passa necessariamente pela reflexão coletiva, para isso, é preciso um coordenador que facilite essa reflexão.

De acordo com Silva Júnior (1997, p. 94):

O supervisor/educador foi percebendo, enfim, que sua tarefa não era transmitir uma mensagem pronta e acabada, mas reunir os educadores para que eles pudessem elaborar sua própria mensagem e com ela tentar mudar para melhor a vida de todas as pessoas...

O Supervisor Educacional em sua prática pode contribuir na coordenação e articulação dessas reflexões coletivas, abrangendo um exercício de contínuo incentivo à construção de práticas docentes mais conscientes e compromissados, porém, existem representações difundidas sobre a Supervisão e prática desenvolvida por esses profissionais, que acabem por identificá-la enquanto fiscalização.

O tema proposto “a função supervisora no cotidiano de uma escola publica municipal de Ingá, Paraíba”, aborda os desafios da supervisão no dia-a-dia de uma escola

pública, que tem por meta atender as exigências de uma escola inserida em uma sociedade em permanente transformação e que visão os supervisores tem de sua prática no cotidiano escolar? Este questionamento norteia a realização do estudo cujos objetivos foram assim delineados:

Objetivo Geral:

- Estudar a função supervisora e elementos básicos presentes no cotidiano escolar.

Objetivos Específicos:

- Observar as possibilidades de atuação da Supervisão Educacional enquanto coordenação do trabalho coletivo;
- Identificar a prática de supervisão, com sua função e atribuições no cotidiano escolar.

Para atender aos objetivos da investigação, foi desenvolvido um estudo de caso em uma escola municipal na cidade de Ingá. estudo coletivo. Para a execução dessa prática foi elaborado um instrumento de coleta de dados, nesse caso, um roteiro de entrevista semi-estruturado. Iniciamos a elaboração de questões que se dividiram em blocos de temas que contemplavam: planejamento, currículo, projeto político pedagógico, avaliação e políticas públicas.

Para a elaboração desse instrumento, foram levantados questionamentos individuais, sobre os temas já abordados, com base nos seguintes autores: Rangel (1997 e 2001), Silva Júnior (1997) e Ferreira (1999).

A realização dessa pesquisa dividiu-se em três encontros. No primeiro encontro da pesquisa veremos o que diz a supervisora sobre a função supervisora e suas atribuições. No segundo encontro trataremos do significado do planejamento, projeto político pedagógico e currículo na voz da supervisora. No terceiro encontro trataremos da avaliação escolar no olhar da supervisora.

Torna-se relevante conhecer qual a concepção de Supervisão e imagem de Supervisor que os próprios profissionais da área de Educação possuem, necessitaremos de sistematizações de experiências por escrito, que esclareçam sobre a prática de Supervisão.

CAPÍTULO I

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Um breve histórico sobre a supervisão

Segundo Lima (2001), com as transformações da educação, a função da supervisão também vem ao longo da história passando por reformulações.

Falar da supervisão educacional, requer um conhecimento acerca de sua história, refletindo sobre a ligação entre a função do supervisor educacional e o contexto sócio-econômico das épocas vigentes e a transformação da prática de supervisão ao longo dessas transformações.

Conforme Lima (2001), com o surgimento do comércio, cria-se o modo de produção capitalista e a industrialização visando à melhoria quantitativa e qualitativa da produção no mercado, surgiu a idéia de SUPERVISÃO, procurando assumir os mesmos parâmetros da época pelo o sistema educacional.

Durante o século XVIII e início do XIX, a supervisão era vista como instrumento repressor.

Lima (2001), afirma que a supervisão passou a se preocupar com as atividades e aferição do rendimento escolar e a eficiência do ensino no final do século XIX e início do século XX, a partir daí verifica-se a utilização dos conhecimentos científicos na melhoria de ensino e nos resultados de aprendizagem.

Em 1925 observa-se uma maior influencia das ciências comportamentais, introduzindo ao papel do supervisor como líder democrático.

Na década de 30 a SUPERVISÃO valoriza os processos de grupo na tomada de decisões, em 1960 a supervisão volta-se para o currículo, enfatizando a pesquisa, na busca de soluções para a melhoria da qualidade do ensino.

Na historia da educação brasileira a organização das atividades escolares se iniciaram em 1549, com a chegada dos jesuítas ao Brasil.

De acordo com Saviani (2002), foi criada uma função específica, como um agente diferente do reitor e dos professores, reconhecido como **prefeito dos estudos**.

(...) a idéia de supervisão englobava os aspectos políticos administrativos (inspeção e direção) em nível de sistema concentrados na figura do diretor geral, e os aspectos de direção, coordenação e orientação do ensino, em nível local, a cargo dos comissários ou diretores dos estudos, os quais operavam por comissão do diretor geral dos estudos.(Saviani 2002,p.21)

Este agente auxiliava o reitor na organização dos estudos, suas funções eram reguladas por 30 regras. Dentre elas o prefeito deveria organizar os estudos, orientar as aulas, ouvir e observar os educadores, chamar-lhe atenção, e outras.

Essa idéia de supervisão vai se modificando, acompanhando as transformações do cenário brasileiro. Com a expulsão dos jesuítas e a introdução das reformas pombalinas, ela incorpora o caráter de fiscalização das atividades escolares. Mesmo observando o exercício da supervisão desde o ensino jesuítico, devemos destacar que somente no final da década de 50 são capacitados profissionais para atuarem na supervisão do ensino primário.

No Brasil a supervisão surge pela primeira vez com a reforma Francisco Campos, decreto – Lei 19.890 de 18/04/1931.

Ao assumir o ministério da Educação e Saúde, recém criado pelo o governo provisório de Getúlio Vargas, Francisco Campos imprime uma tendência renovadora, com ações planejadas visando a organização nacional. A inspeção seria do ponto de vista administrativo, mas com caráter de orientação pedagógica

De acordo com Nogueira (1989,p.37), a supervisão escolar tem início no Brasil com o **Programa de Assistência Brasileira América ao Ensino Elementar, PABAEE**, que foi implantado em Belo Horizonte em 1957.

A supervisão educacional brasileira é produto da assistência técnica norte-americana prestada aos países da América Latina, objetivando mudança de mentalidade para se alcançar um nível de vida mais sadio e economicamente produtivo, impedindo, dessa forma, a penetração do comunismo (Abdulmassih e Rodrigues ,2007, p.4).

Uma nova educação que visava a transformação social surgia, fruto de uma política de alianças entre Brasil e EUA, a inspeção ressurgia no cenário educacional brasileiro,

através de cursos para a formação desses supervisores segundo modelo americano, enfatizando a metodologia e técnica de ensino.

... a supervisão foi imposta à Educação Brasileira como necessidade de “Modernização” e “Assistência Técnica”, a fim de garantir a qualidade do ensino, mas, também, para segurar a hegemonia da classe dominante (Lima, 2001, p.76).

Essa assistência americana não se restringiu apenas à educação, mas envolveu outras esferas da nossa sociedade, possuindo implícitos objetivos de criação e expansão de consumidores capitalistas.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 4.024 de 20/12/1961 no seu artigo 52 prevê:

O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relacionados à educação da infância.

A partir daí percebe-se a renovação no campo da inspeção voltando-os para “ O ensino primário”, porém ao governo federal cabe a definição de metas a serem alcançadas em todo território brasileiro. A Lei passa a prever setores especializados para coordenar as atividades pedagógicas nas escolas como forma de buscar a execução das políticas educacionais desejadas.

O Supervisor Escolar possui legalmente um poder instituído que determina suas ações frente ao corpo docente e à proposta pedagógica da escola, e a partir de então, sendo reconhecido como profissional da educação, passando a ter suas atribuições definidas pelos órgãos superiores.

1.2 Realidade nacional- Desafio à supervisão educacional

Na década de 80 surge um movimento aberto para se repensar a educação. Alguns profissionais, insatisfeitos com a educação disseminada nas escolas brasileiras passaram a refletir, discutir e buscar alternativas para uma nova proposta sobre a função social da

escola, o papel do educador e os resultados que estas práticas pedagógicas trazem para os educandos.

A realidade e a distância de uma escola ideal, passou a desmotivar e a incomodar, problematizando a reflexão desses educadores.

Dentre outros pensadores neste movimento, encontra-se Paulo Freire, cujas teorias vão de encontro a esta realidade e assumem um papel importante que provoca reflexão e mobiliza em direção à mudança desta perspectiva. Freire nos faz repensar uma nova educação baseada na esperança, na tolerância, o formar-se para poder formar, o respeito aos saberes dos educandos, a busca de respostas e de conhecimentos, o saber se inacabado, a escuta e o diálogo, são princípios que devem estar presentes na prática pedagógica dos educadores, fazendo-os buscarem novos rumos, novos caminhos, incentivando os profissionais da educação a repensarem suas práticas.

Esta nova realidade aponta, o Supervisor Escolar como orientador, coordenador desse novo processo e ele passa a ter de refletir sobre: “o que fazer, por que fazer, para que fazer”, assumindo enquanto educador, a dimensão política de sua função.

O supervisor abdica de exercer poder e controle sobre o trabalho do professor e assume uma posição de problematizador do desempenho docente, isto é, assume com o professor uma atitude de indagar, comparar, responder, opinar, duvidar, questionar, apreciar e desnudar situações de ensino, em geral, e, em especial, as da classe regida pelo professor (Medina 1995, p. 46).

Esta mudança de paradigma demanda outras atribuições, fazendo com que os professores passem a buscar no Supervisor uma ação renovada, um apoio, um orientador, a fim de qualificar sua prática pedagógica. Embora o Supervisor Educacional tenha uma gama de responsabilidades no interior da escola e seja um conhecedor de muitas teorias, metodologias, técnicas, recursos atualizados, tudo isso deve estar a serviço de uma Educação, voltada para a construção de indivíduos conscientes do seu papel na sociedade.

O desafio para o profissional da Supervisão Escolar é enorme, ele terá que muitas vezes ser um visionário, já que o reflexo de suas ações poderá acontecer talvez no futuro e a construção do educando só será sentida no decorrer dos anos, já que o trabalho de supervisores e professores é feito coletivamente. Não podemos vislumbrar como as nossas

ações afetarão aqueles que nos são confiados, ou de que forma afetarão todos que contribuem para uma escola mais justa e mais humana. O que podemos ter certeza é que o futuro não será o mesmo.

1.3 A função supervisora e elementos presentes no cotidiano escolar

No atual contexto da educação brasileira, cresce a importância do supervisor educacional, que representa uma das pessoas que procura coordenar o trabalho pedagógico na escola em que atua, para que se efetive a qualidade em todo o processo educacional, buscando constantemente ser transformador, trabalhando em parceria, integrando a escola e a comunidade na qual se insere.

Segundo Rangel (2001), a ação supervisora quando situada no trabalho pedagógico deve ter como função a coordenação e organização comum do trabalho de estudos e práticas que promovam a integração das pessoas que as realizam.

Essa ação é direcionada para um trabalho coletivo, onde o supervisor constitui-se como articulador do trabalho pedagógico promovendo a integração de todos que fazem parte da comunidade escolar.

De acordo com a autora os supervisores pedagógicos buscam exercer uma prática de coordenação e organização em comum, provendo atitudes didáticas e curriculares e estimulando oportunidades coletivas de estudo.

Rangel (2001), ainda afirma que, “A coordenação é, portanto, por natureza uma função que se encaminha de modo interdisciplinar e articulador dos elementos do processo de ensino aprendizagem.”

O supervisor ou a supervisora necessita ter uma visão geral do processo didático e de ensino / aprendizagem que a autora chama de “visão sobre”.

A supervisão educacional encaminha o sentido de “visão sobre” necessária à percepção ampla dos aspectos e dos componentes das atividades supervisionadas. [...] O estudo do ato de ensinar e aprender (mobilizado, dinamizado, liderado pelo o educador supervisor) leva, então, em conta o compromisso de garantir o alcance do conhecimento pelo o aluno e também pelo professor (Rangel ,1997, p. 148-149).

Entendemos o sentido de “visão sobre”, que a autora aborda não como a supervisão como fiscalização de tudo e de todos, mas como visão da totalidade, que alcance as necessidades do processo educativo e que ofereça reflexões coletivas para o alcance de uma prática de qualidade.

Segundo Ferreira (1999), o supervisor trabalha como articulador, expressando e servindo de pólo-fonte de subsídios para novas formas de gestão em plena era de globalização, este trabalho articulador e orgânico busca a verdadeira qualidade do processo educativo, comprometido em garantir uma educação e formação humana com responsabilidade, portanto a supervisão educacional, afirma-se como responsável pela qualidade do processo de humanização através do trabalho pedagógico sendo direcionada pelas políticas públicas e educacionais, colaborando assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Silva (1997, P.102), “... supervisionar uma escola é orientar a sua administração para a realização do ensino”. O supervisor em sua formação deve se preocupar com a realização de ensino de qualidade, desempenhando assim o papel de articulador de projeto pedagógico da escola. Dele se espera a organização das atividades coletivas e uma relação reflexiva entre a comunidade escolar, principalmente com os professores.

As concepções apresentadas pelo os autores já mencionados demonstram uma ação para o Supervisor Educacional bem diferente da que vem sendo desenvolvida e colocam a Supervisão como coordenação e orientação do trabalho pedagógico, já que o que presenciamos nas escolas é o Supervisor desenvolvendo o papel de fiscalizador de atividades didáticas – pedagógicas.

A partir do estudo das concepções dos vários autores já mencionados, desenvolveremos uma prática caracterizada pela coordenação, promovendo a integração das pessoas que fazem parte da comunidade escolar. A coordenação tem como possibilidades criar e estimular oportunidades de organização e integração social, oportunidades de estudo coletivo e de ações humanizadoras.

1.3.1 Planejamento e Avaliação

Planejar não é simples tarefa rotineira, é preciso que haja consciência da previsão de ações que serão realizadas a curto prazo e também uma reflexão e muita pesquisa para que os objetivos propostos sejam alcançados.

O Planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas e termo da sua organização e coordenação em face de objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer de processo de ensino (Libâneo (1994, p.121).

Planejamento é elaborar um conjunto de ações organizadas tendo por finalidade o alcance de objetivos previstos, planejar é uma ação reflexiva sobre a realidade buscando a construção de um ser humano crítico e participativo.

O planejamento escolar possui muitas funções, dentre elas explicar princípios, assegurar a racionalização, prever objetivos, conteúdos e métodos e articular a atividade escolar e problemática do contexto social, este sempre estabelece referências e intencionalidades e deve estar sustentando teóricos que explicitem concepções. Esses pressupostos teóricos expressam a fundamentação teórica, que são os alicerces, as referências para a prática, representando as metas e os idéias. Cada educador precisa ter o alicerce, para que a sua prática não seja feita com base no senso comum.

De acordo com Gandin (2002), o planejamento possui níveis e tipos, os tipo são: *Tecnocráticos, participativo, estratégico e dialógico*. Dentre esses destacamos o participativo, que é o mais executado no âmbito educacional.

Neste planejamento toda comunidade participa dando suas opiniões e reivindicando seus direitos. Os níveis em educação são: *planejamento educacional* onde gera o plano nacional da educação, o plano estadual da educação e o plano municipal da educação; *planejamento escolar* gera o projeto político pedagógico, *planejamento curricular* gera proposta curricular, o Pcn's; e o *planejamento de ensino* gera os planos de curso, unidade, de aula.

O supervisor exerce papel fundamental na elaboração do Projeto Político Pedagógico que é construído com a participação de toda comunidade, que planeja as ações a serem desenvolvidas no espaço, o tempo, o currículo e conteúdos a serem desenvolvidos finalidades, objetivos, metodologias, caracterização, histórico da escola e avaliação.

Conforme Gandin (2002), na elaboração do Projeto Político Pedagógico esta implícito o marco referencial, que se divide em três marcos: O *marcos situacional* é a realidade em que a escola está inserida, o *marco político – filosófico* a sociedade e escola que queremos construir, *marcos pedagógico ou operativo* está voltado para os ideais que queremos atingir durante a nossa ação pedagógica.

Luckesi (1985), afirma que o planejamento deve ser visto pelo educador como um instrumento de ação flexível na sua prática educacional.

O planejamento e os registros do professor são de grande importância como instrumento de reflexão constante para sua prática. A partir dessa reflexão ele avalia o seu trabalho e planeja registrando diariamente o que está sendo vivido, repensando suas idéias práticas futuras.

O supervisor deve estar atuando junto aos professores, buscando caminhos para solucionar dificuldades na sala de aula e realizar uma reflexão constante sobre sua prática para que possam estar capacitados a coordenar, planejar e atingir os objetivos que desejam, juntamente com os educadores.

1.3.2 Currículo

De acordo com Santóme (1998), existe uma estreita relação entre educação e economia. Nos anos 20 do século passado, a educação era condicionada a economia. A escola era usada para disciplinar corpos e mentes. O sistema educacional foi influenciado pelos modos de produção, o currículo devia ser contextualizado de acordo com o tempo e o lugar em que era produzido. Assim, o currículo está ligado diretamente a história e a vida da sociedade, influenciando mudanças que acontecem na educação.

Conforme Silva (2004), o currículo não é neutro, está ligado e comprometido com algum tipo de poder, ideologias, valores, é um documento de identidade, de quem prepara, para quem está sendo preparado e outro questão, com que objetivos.

É nesse momento que se fazem exclusões e inclusões. De acordo com Berticelli (1998):

Existem tipos de currículo: O prescritivo, o currículo em ação e o currículo oculto. O primeiro é considerando o oficial, aquele que está no papel, o segundo é o que realmente é ensinado em sala de aula e na maioria das vezes não condiz com o oficial. O terceiro não os conteúdos não expressos, a aquisição de conhecimentos extra-conteúdos.

Para Silva (2004), na elaboração do currículo podemos situar as práticas educacionais situadas vivenciadas hoje. As teorias tradicionais de currículo (tecnicista e escolanovista) tem como objetivo a eficiência, racionalidade e controle. Essas teorias não formam pessoas críticas, mas pessoas passivas que se adaptam ao modelo capitalista vigente. As teorias críticas, associadas ao neomarxismo e à tradição humanista e hermenêutica tinham como objetivo a investigação, o questionamento, a dúvida. Nesta perspectiva a escola não forma cidadãos acomodados, mas sim questionadores e investigadores.

Historicamente, a questão curricular é associada à necessidade de controle administrativo – pedagógico da escola e para isso questões como controle do tempo, o agrupamento dos alunos (a seriação) e organização dos saberes se tornam comuns nas escolas. A própria LDB 9393/96 fala uma escolarização obrigatória com quatro ciclos de dois anos. Hoje são definidos legalmente em 9 anos do ensino fundamental obrigatório e 3 anos do ensino médio. No Brasil é comum que a organização temporal da escola seja definida em lei ou em documentos normativos oficiais.

A organização do tempo sendo um dos componentes que si toma como ponto de partida para a organização curricular tem significado diferente para os diferentes sujeitos que estão inseridos nesse processo de seriação.

É impossível que todos os alunos de uma turma ao final da série cursada tenham-se desenvolvido de uma mesma forma e alcançado o mesmo conhecimento.

No desenvolvimento da função supervisora na escola, o currículo se torna um aspecto central a ser tratado. Essa tarefa é essencial ao trabalho do profissional da supervisão retornando-se à questão do comprometimento que os educadores em geral devem ter em relação as camadas populares dando condições para que se atinja o conhecimento desejado.

De acordo com Silva Júnior (2006. p.230), “...três idéias-força dinamizam a discussão atual sobre o currículo: A idéia de autonomia da escola, a de projeto pedagógico, e a de trabalho coletivo.” Diante dessa nova discussão , o supervisor tem como desafio corresponder as expectativas, coordenando e organizando as reflexões e os estudos, promovendo a integração de todos que fazem parte da comunidade escolar.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA

2.1 O Caminho Percorrido

A nossa prática teve início diante da necessidade de se buscar respostas para alguns questionamentos sobre a supervisão enquanto coordenação que promove integração, oportunidades de organização e integração social, gerando espaços para o estudo coletivo.

Diante dessa proposta, para efetivação deste estudo, optamos pela Pesquisa-ação, que segundo Morin (2004, p.56):

O termo pesquisa-ação designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e Requerendo a participação dos atores. É identificada como nova forma de criação do saber na qual as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes. A pesquisa-ação permite aos atores que construam teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida, são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática.

Para a execução dessa prática foi elaborado um instrumento de coleta de dados, nesse caso, um roteiro de entrevista semi-estruturado. Iniciamos a elaboração de questões que se dividiram em blocos de temas que contemplavam: planejamento, currículo, Projeto político pedagógico, avaliação e políticas públicas. Houve a elaboração e discussões dos quais pontos deveriam ser contemplados no instrumento de coletas de dados, para essas ações foram necessárias várias revisões e reelaborações.

Para a elaboração desse instrumento, foram levantados questionamentos individuais, sobre os temas já abordados, com base nos seguintes autores: Rangel (1997 e 2001), Silva Júnior (1997) e Ferreira (1999). Em seguida, a turma se reuniu em pequenos grupos para refletir acerca da importância dessas questões para o estudo do objeto em questão, nesse caso, um roteiro de entrevista.

A realização dessa pesquisa dividiu-se em três encontros. No primeiro encontro da pesquisa veremos o que diz a supervisora sobre a função supervisora e suas atribuições. No segundo encontro trataremos do significado do planejamento, projeto político pedagógico e currículo na voz da supervisora. No terceiro encontro trataremos da avaliação escolar no olhar da supervisora.

Tivemos algumas dificuldades para a execução do instrumento. Em um primeiro momento a pesquisa seria feita em uma escola particular, porém, por motivos particulares e por indisponibilidade de tempo da supervisora da referida escola, não foi realizado. Em seguida, tentamos aplicá-lo em outra escola particular do Município de Ingá, porém, deparamo-nos também com alguns obstáculos funcionais, uma vez que a supervisora responsável pela escola, não possuía formação na área, por isso não foi possível a realização da pesquisa. Procuramos então a secretaria de Educação da cidade onde nos indicaram uma escola pública municipal, a supervisora era responsável tanto por esta como pela creche da cidade.

A prática foi realizada na escola cuja indicada, publica municipal da zona urbana da cidade de Ingá. Nesta escola funcionam a 1ª e a 2ª fase do ensino fundamental, no período matutino, vespertino e no noturno funciona o supletivo do ensino médio. Sua estrutura física apresenta-se deficiente e de pequeno porte, não dispõe de espaço recreativo, como quadra de esportes e parque infantil. A escola observada possui: cinco salas de aula, uma sala improvisada de leitura, onde se guarda o material do PDE, a sala dos professores, a sala da direção, a cozinha e dois banheiros para adultos.

Nessa escola, a diretora e vice-diretora exercem cargos de confiança, delegados pela autoridade constituída da cidade (prefeito). A administração da instituição é constituída pela diretora e vice, pela secretária.

A tomada de decisões na escola é responsabilidade da direção, permite somente que os professores participem de algumas decisões internas da escola, pois, as outras já vêm “decididas” da Secretaria de Educação do Município, como por exemplo, o plano de curso com os conteúdos bimestrais, correspondentes às series.

Os professores possuem autonomia no planejamento semanal das atividades de acordo com os conteúdos já estipulados, ao escolherem a metodologia, o modo de avaliar os alunos e a tomada de decisões dentro de sala de aula.

O relacionamento entre funcionários da escola e professores é cortês, baseado no respeito e na consideração profissional de cada um que compõe o corpo funcional da escola. O relacionamento professor aluno na maioria das vezes é baseado no respeito e admiração que o aluno possui pelo o seu professor ou professora.

Quanto ao calendário escolar este é elaborado pela equipe pedagógica da Secretaria de Educação do Município. Todas as escolas seguem o mesmo calendário, onde são destacados todos os feriados nacionais e municipais, os encontros pedagógicos e a formação continuada dos docentes. O total anual dos dias letivos soma 202 dias, que se dividem em quatro bimestres. O primeiro bimestre corresponde ao mês de fevereiro ao começo de abril, o segundo bimestre vai do final de abril ao final de junho, o terceiro bimestre vai do final de julho ao começo de outubro e o quarto bimestre corresponde ao final de outubro ao final de dezembro.

Essa escola possui Conselho Escolar, eleito por indicação da própria escola, sendo composto por membros da comunidade, pais e mães de alunos e funcionários da escola, que fiscalizam o dinheiro que chega anualmente de acordo com o número de alunos matriculados para a melhoria do prédio, compra de material permanente, etc.

A escola possui Conselho de Classe, cada professor é responsável pela sua turma, quando surgem dúvidas, alguns pedem ajuda a diretoria, outros para os próprios colegas de trabalho, mas não há uma reunião fixa com o propósito de discutir problemas e buscar soluções.

O planejamento é feito de acordo com as necessidades básicas do município. Antes das aulas começarem, a Secretaria de Educação promove um encontro pedagógico com o objetivo de discutir o planejamento e refletir o que se deve mudar. Em cima desse planejamento, cada professor, depois do seu diagnóstico da turma, faz o seu plano de curso anual. Cada professor planeja a sua aula semanal em forma de roteiro ou como um próprio plano de curso, tudo com relação ao primeiro planejamento da Secretaria de Educação do município, ficando a responsabilidade de observar esses planos para a diretora escolar.

Para a realização da pesquisa foram necessários três encontros com a supervisora, porém fomos outras vezes à escola e conversamos com alguns funcionários da mesma.

A supervisora se mostrou prestativa, mas ao falar da quantidade de questões da entrevista, percebemos certa resistência, as primeiras questões foram respondidas no

primeiro encontro. Quando nos despedimos ela pediu para adiantar, respondendo através da escrita a entrevista.

O segundo encontro foi rápido, a supervisora só comentou no geral algumas questões, principalmente as que tiveram dificuldade e as que não responderam.

No terceiro encontro, concluímos a entrevista. As perguntas finais, a supervisora não respondeu, justificando que aquelas perguntas eram para as professoras e os professores da escola.

Torna-se relevante observar o que os profissionais da área de supervisão conhecem em relação aos temas abordados, pois estes fazem parte da formação do supervisor e são objetos de sua ação, ou seja, o supervisor educacional pode contribuir na coordenação e articulação de reflexões coletivas favorecendo o exercício contínuo e o incentivo à construção e prática docentes mais conscientes e comprometidas.

CAPÍTULO III

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO INSTRUMENTO

3.1 O que diz a supervisora sobre a função supervisora e suas atribuições

Para a realização do instrumento foram necessários três encontros com a supervisora, porém fomos outras vezes à escola para observarmos o itinerário pedagógico e conversarmos com alguns funcionários da mesma.

Quando procuramos a direção, a esta se mostrou muito prestativa e houve demonstração de apoio ao trabalho. A supervisora também demonstrou interesse e dedicação, porém ao apresentarmos o instrumento para ela, percebemos a resistência e a surpresa pela quantidade de questões contidas no instrumento que foram contemplados os seguintes temas: planejamento, avaliação, currículo, projeto político pedagógico e políticas públicas. Portanto, vejamos a seguir, o que respondeu a supervisora sobre a função supervisora e suas atribuições:

- **1.QUESTÃO:** No seu modo de ver em que consiste a Supervisão Educacional e qual a sua função?

Supervisora

“É planejar a ação educacional e acompanhar essa ação, dando suporte técnico aos educadores e se necessário planejar a ação do docente.”

- **2.QUESTÃO:** Quais as responsabilidades e com que objetivos exercem essa função?

Supervisora

“A responsabilidade tanto dos professores, como dos supervisores levam ao sucesso ou insucesso escolar e os objetivos são: planejar a ação docente, replanejar quando necessário, acompanhar e orientar a prática pedagógica e analisar problemas de aprendizagem buscando meios de sanar esses problemas.”

- **3.QUESTÃO:** Quais são as áreas privilegiadas nessa ação?

Supervisora

“As áreas privilegiadas são a educação, setor industrial e social.”

- **4.QUESTÃO:** Como você sistematiza e organiza sua ação?

Supervisora

“Seqüencio os conteúdos, organizando-os de acordo com o uso, levando a reflexão dos mesmos, buscando a trabalhar a oralidade de acordo com a necessidade e seus usos na atualidade e buscando realizar trabalhos com diversidade textual e com contextos significativos a realidade.”

- **5.QUESTÃO:** Em que leis ou legislações se pautam a sua ação?

Supervisora

“Não lembro das leis.”

- **6.QUESTÃO:** Em que se consiste o trabalho pedagógico no papel de Supervisão e quais as suas responsabilidades na organização do trabalho pedagógico, tendo em vista favorecer uma melhor qualidade de ensino?

Supervisora

“É tudo que ocorre na sala de aula e no planejamento educacional, detalhando as responsabilidades que é planejar a ação docente, acompanhar e orientar a prática pedagógica trazendo melhorias para o trabalho.”

- **7.QUESTÃO:** Que prioridades são observadas nessa organização? Que estratégias são utilizadas?

Supervisora

“Realizo diagnóstico, incentivo e motivo o gosto pela leitura, amplio o conhecimento da diversidade textual e levo o aluno a ser produtor do conhecimento.”

- **8.QUESTÃO:** Como e em que sentido esses princípios, legislações, prioridades e estratégias influenciam a qualidade do trabalho na escola?

Supervisora

“Quando os pontos citados são aplicados integralmente são atingidos os objetivos esperados, também as dificuldades que são enfrentadas na organização no trabalho pedagógico como a falta de tempo, recursos didáticos, estrutura física, reunião pedagógica específica para cada realidade, despreparo profissional. “

De acordo com Rangel (1997), que adota a concepção de coordenação e articulação do trabalho comum, que promove a integração das pessoas e movimentos de estudo e reflexão da prática, através das respostas da supervisora percebemos realmente a falta de estudo e reflexão sobre a sua prática, sendo suas respostas reflexo do exercício da prática diária.

Na nossa compreensão e de acordo com autores estudados, as áreas privilegiadas no âmbito educacional é avaliação, planejamento, políticas, currículo e projeto político pedagógico, exercendo também a função supervisora nas áreas do comércio e indústria.

Continuamos a nossa entrevista, perguntando sobre as leis ou legislações que pautam esta ação. A supervisora silenciou-se. Notamos a falta de conhecimento, sobre o assunto abordado, porém, ela mostrou humildade ao afirmar que não lembrava.

De acordo com Silva (1997), o supervisor em sua formação deve se preocupar com a realização de ensino de qualidade, desempenhando assim o papel de articulador na organização do trabalho pedagógico, tendo em vista favorecer uma melhor qualidade do

ensino. Dele se espera a organização das atividades coletivas e uma relação reflexiva entre a comunidade escolar, principalmente com os professores.

Os pontos que a supervisora levantou sobre o planejamento são importantes para o professor, porém, ao exercer a função supervisora na organização do trabalho pedagógico devem ser observados pontos como o tempo (calendário escolar), estrutura física da escola, corpo docente e discente, currículo, avaliação, diagnóstico da comunidade onde a escola está inserida, entre outros.

Durante suas falas detectamos repetições em suas afirmações, não se colocando como coordenadora do trabalho pedagógico, que possibilita através de suas ações momentos de estudos para a equipe que se inclui, com objetivo de transformar essa prática, não promovendo momentos de socialização, mas sim, uma atividade reprodutora e fiscalizadora do trabalho pedagógico.

Por falta de tempo não foi possível continuar a entrevista.

3.2 O significado do planejamento, projeto político pedagógico e currículo na voz da supervisora

- **9.QUESTÃO:** Qual o papel do supervisor com relação ao planejamento e como se deve ser feito o planejamento coletivo?

Supervisora

“ É orientar, planejar e replanejar se for necessário e o planejamento coletivo deve ser participativo e com o diagnóstico da realidade escolar em mãos. “

- **10.QUESTÃO:** Como a equipe técnica, em particular o supervisor, pode colaborar com planejamento do professor, visto que ele não é conhecedor da turma?

Supervisora

” É possível haver esta colaboração da parte do supervisor, desde que tenha consciência das dificuldades nacionais da educação, que são a linguagem e matemática, buscando orientar um trabalho pedagógico que alcance melhorias nessas dificuldades.”

- **11.QUESTÃO:** Como o planejamento participativo pode ter a colaboração dos responsáveis e da comunidade, se eles não conhecem as dificuldades e a realidade da turma do professor?

Supervisora

“A comunidade e os responsáveis, podem participar buscando através do dialogo seus saberes e interesses, a fim de realizar parcerias e voluntariados.”

- **12.QUESTÃO:** Que dificuldades são encontradas no momento do planejamento?

Supervisora

“ As maiores dificuldades são o tempo, pois geralmente nas instituições é previsto apenas um dia e é evidente que não suficiente... e o currículo que já vem pronto não restando alternativas para o professor, visto que o fator tempo não dá condições para uma reformulação adequada.”

- **13.QUESTÃO:** Como planejar a construção do projeto de uma escola inclusiva e qual o papel da avaliação na construção do projeto político pedagógico?

Supervisora

“Deve ser de acordo com a realidade, buscando atender a demanda, de acordo com os recursos disponíveis. E a avaliação é indispensável sendo diagnóstica para um projeto político pedagógico eficiente.”

14.QUESTÃO: Os conteúdos e as atividades previstos na proposta curricular estão sendo efetivados em espaço e tempo adequados e quais os mecanismos e estratégias estão sendo utilizados para que isso aconteça?

Supervisora

“ Evitando-se o desperdício de tempo, aproveitando ao máximo o espaço escolar, privilegiando os temas mais relevantes para a realidade local, porém existem os problemas como a falta de interesse e compromisso dos pais, de alguns educadores e da própria equipe técnica. “

- **15.QUESTÃO:** Qual a organização da escolarização no tempo adotada na escola? Ela tem sido satisfatória?

Supervisora

“ O ensino Fundamental I e II são 9 anos e o ensino Médio são 3 anos e são satisfatórios, desde que a criança tenha os seus direitos assegurados, ingressando na educação infantil em tempo hábil e ter educadores bem preparados. ”

- **16.QUESTÃO:** Quais os mecanismos de controle são utilizados no desenvolvimento da proposta curricular e que concepção de currículo predomina na escola?

Supervisora

“Utilizo o planejamento, avaliação, proposta pedagógica, atuação e acompanhamento da equipe escolar como mecanismos de controle e a concepção predominante que mais se traduz é a reprodutora, se almejando a produtora de conhecimentos. ”

- **17.QUESTÃO:** Quais os conteúdos/habilidades e práticas privilegiadas no ensino dos diferentes níveis, em que se fundamentavam e como estão distribuídas as atividades pedagógicas curriculares ao longo do ano?

Supervisora

“ Os conteúdos são procedimentais, atitudinais e conceituais, se fundamentam nos PCN's e são distribuídos de acordo com a grade curricular e com a ordem de serviço de

cada escola e de acordo com a LDB, procurando atender os anseios e as necessidades locais. “

O segundo encontro foi rápido, a supervisora comentou as questões que sentiu dificuldade. Aproveitamos o momento para observarmos a escola e conversarmos com alguns funcionários.

Sabemos que planejar é uma ação reflexão sobre a realidade, com os objetivos, buscando a construção de seres críticos e participativos, por isso o planejamento deve acontecer com o estudo e o apoio de todos os professores e equipe pedagógica. Esses estudos não devem ser restritos ou isolados para o próprio professor, mas devem ser compartilhados, para isso devemos refletir sobre algumas questões “o que queremos alcançar”, “a que distância estamos daquilo que queremos alcançar” e “o que faremos concretamente para diminuir esta distância”.

De acordo com Rodrigues (2000), o planejamento é um processo constante através do qual a preparação, a realização e o acompanhamento se fundem, é indissociável.

Conforma Rodrigues (2000), o planejamento participativo garante a participação das pessoas, conseqüentemente existe maior transparência e credibilidade quando se planeja. Embora seja difícil garantir a participação desses grupos é necessários que estejam realmente dispostos a colaborar e comprometidos com a realização de um trabalho serio, para que este tenha eficiência.

Gandin (2002), afirma que para construção do projeto político pedagógico devemos seguir algumas etapas e uma delas é o diagnóstico. Devemos examinar a realidade que circunda a escola, surgindo assim às necessidades da instituição e da comunidade onde ela esta inserida e de acordo com aquilo que propomos, observarmos a distancia que estamos daquilo que queremos alcançar.

As perguntas seguintes abordaram o tema currículo. De acordo com a LDB 9394/96 são devidos legalmente em 9 anos de ensino fundamental obrigatório e em 3 anos do ensino Médio desejável. A LDB 9394/96 fala em uma escolarização obrigatória e que seja definida em lei ou em documentos normativos oficiais.

Sambemos que quando um currículo é proposto são criados alguns mecanismos de controle para a sua aplicação, conforme Silva (2004), exemplo o diário de classe, de modo que se possa averiguar o cumprimento do programa definido na proposta curricular, os testes ou provas aplicadas aos alunos, valorização da dimensão reprodutora da educação. Estes procedimentos são centrados no controle dos conteúdos ou habilidades a serem desenvolvidas, exigidas no currículo.

Os PCN'S (1997), propõem os conteúdos trabalhados através dos conceitos, procedimentos e atitudes. Quando se fala na distribuição desses conteúdos ao longo do tempo, na periodização do tempo escolar em anos ou semestres, de forma se organize esses conteúdos ou habilidades em disciplinas, temáticas ou projetos ao longo da série ou ciclos de acordo com a opção da escola.

3.3 A avaliação escolar e projeto político pedagógico no olhar da supervisora

O terceiro encontro foi a finalização da entrevista com a supervisora. Vejamos a seguir, o que respondeu a supervisora sobre avaliação escolar e projeto político pedagógico:

- **18.QUESTÃO:** Você considera como responsabilidade da supervisão a elaborações de planos, e de projeto político pedagógico escolar e quais os fundamentos que devem ser levados em consideração nessa elaboração ?

Supervisora

“Essa elaboração não é apenas responsabilidade do supervisor, mais de todos que fazem parte da instituição, inclusive os responsáveis e a comunidade. “

- **19.QUESTÃO:** É possível realizar pesquisa na escola? A escola tem sido um objeto de pesquisa? Com que objetivos?

Supervisora

“É possível, os objetivos são de buscar respostas para os problemas educacionais como: evasão escolar, reprovação, distorção idade/serie, entre outros e existem muitas dificuldades para se realizar pesquisa nas escolas, como falta de tempo, acesso às escolas, falta de dados concretos.”

- **20.QUESTÃO:** Qual a função da avaliação na escola?

Supervisora

“É de avaliar os resultados alcançados tanto positivos, quanto negativos, tanto da aprendizagem dos alunos, quanto da prática do educador e da atuação de toda equipe escolar.”

- **21.QUESTÃO:** Como avaliar a prática escolar e como avaliar adequadamente os resultados do ensino escolar?

Supervisora

“Através da auto-avaliação de cada pessoa envolvida no processo, alunos, educadores, gestores, equipe técnica e através do questionário individual, analisando dados estatísticos locais e nacionais. A avaliação contribui identificando erros e acertos tanto do aluno, quanto da prática do professor e quando é realizado adequadamente fornece dicas de como melhorar tanto a prática pedagógica quanto a aprendizagem. “

Para construção do projeto político pedagógico na escola, Veiga (1996), aborda alguns princípios norteadores. A *igualdade*, condição para o acesso e permanência na escola com qualidade; *Qualidade*, técnica ou forma (instrumentos, métodos e técnicas) ou política (Fins valores e conceitos); *Liberdade* esta ligada à autonomia para aprender, ensinar, pesquisar, divulgar a arte e o saber; *Gestão Democrática*, que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira como exemplo a descentralização do poder, a participação crítica dos representantes dos diferentes seguimentos da escola e a

Valorização do Magistério formação (inicial e continuada), condições de trabalho e remuneração digna.

Segundo Veiga (1996), ao juntar as três dimensões, o projeto político pedagógico ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo e flexível, o suficiente para não deixar dúvidas.

As últimas perguntas da entrevista foram sobre avaliação. De acordo com Libâneo (1994) as funções da avaliação são: **Pedagógico-didática**, que se refere ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos, **a Diagnóstica**, que identifica progresso e dificuldade dos alunos e a atuação dos educadores e de **Controle**, se refere aos meios e a frequência das verificações e a qualificação dos resultados escolares. Na fala da supervisora foram contempladas essas funções da avaliação.

A avaliação deve ser contínua, observando o desenvolvimento e detectando dificuldades, desempenhos e avanços. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar dos discentes e docentes, se tornando de grande importância como instrumento de reflexão constante, avaliando o trabalho, planejando, registrando diariamente o que está sendo vivido e repensando as práticas futuras.

Finalizamos a entrevista agradecendo a significativa colaboração da supervisora e nos despedimos de todos que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada.

CONCLUSÃO

Concluimos o nosso trabalho reafirmando a importância do papel do Superior Educacional como coordenador, que promove a integração das pessoas que fazem parte da comunidade escolar, sendo um mediador e facilitador da transformação do ambiente Escolar em um ambiente produtivo, enriquecedor, moralizador, formador de opiniões e que sirvam à coletividade.

Com relação aos objetivos e os nossos questionamentos, nosso trabalho de pesquisa e para melhor compreensão acerca dos estudos sobre supervisão, formulamos o seguinte questionamento: *Que visão os supervisores tem de sua prática no cotidiano escolar?*

O Supervisor Educacional está fundamentado, pela sua profissão e atribuições, ao proporcionar uma constante atualização do Ensino, coordenar e integrar todos que participam do ambiente escolar.

A realidade demonstrou, através do estudo realizado, que ainda está presente na escola o Supervisor Educacional burocrático, pouco conhecedor de pressupostos teóricos, concepções pedagógicas e legislações que permeiam a sua função, o ensino e a aprendizagem na escola, o que requer mudanças, a começar por si mesmo, pela busca de sua formação profissional, pela constante reciclagem de seu agir e pelo cumprimento eficaz e responsável de suas funções e atribuições.

REFERÊNCIAS

ABDULMASSIH, Marília Beatriz Ferreira; RODRIGUES, Margarita Victoria. *O especialista e a supervisão educacional: um mergulho nas raízes históricas*. Disponível em: [www.histedbr.fal.unicamp.br/jornada1/PPE\)\(.DOC](http://www.histedbr.fal.unicamp.br/jornada1/PPE)(.DOC). Acesso em 14/09/07.

ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite . A necessidade da orientação coletiva nos estudos sobre cotidiano: duas experiências. In: Bianchetti, L. e Machado, A. M. N. (Orgs.). *A bússola do escrever*. São Paulo: Cortez/UFSC, 2002, p. 255-296.

BERTICELLI, Ireno A. Currículo: Tendências e Filosofia. In: Costa, Marisa Vorraber (org.) *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade da formação à ação*. São Paulo: Cortez, 1999.

GANDIN, Danilo; GEMERASCA, Maristela P. *Planejamento Participativo na Escola: O que é como se faz*. São Paulo: Layola, 2002.

Lei de Diretrizes e Bases Nacional. LDB 9.394/96.

LIBÂNEO, José C. *Didática*. São Paulo, Cortez, 1994.

LIMA, Elma Corrêa de. Um olhar histórico sobre a supervisão. In: RANGEL, Mary (org.) – *Supervisão pedagógica: princípios e práticas*. São Paulo: Papirus, 2001.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Currículo: debates contemporâneos*. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

MEC. *Plano Decenal de Educação para todos*. Brasília, 1993

MEDINA, Antônia da Silva. *Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. Sociologia e teoria crítica do currículo: Uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA Tomaz Tadeu (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2000.P. 7-35.

MORIN, André. *Pesquisa – ação integral e sistemática: uma Antropopedagogia Renovada*. Tradução Michael Thiollent. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

NOGUEIRA, Martha Ganaes. *Supervisão educacional: a questão política*. São Paulo: Layola, 1989.

RANGEL, Mary (org.). *Supervisão pedagógica: princípios e práticas*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

RODRIGUES, Maria Bernadette Castro. Planejamento: em busca de caminhos. In: XAVIER, Maria Luisa. *Planejamento em destaque: análises menos convencionais*. Porto Alegre, mediação, 2000.

SILVA, Celestina Alves da; RANGEL Mary (org.). *Nove olhares sobre a supervisão*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SILVA JR. Prática e supervisão. In: ALVES, Nilda (Coord.). *Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Tamaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, Curso de Pedagogia. Campina Grande, Paraíba.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível*. 2º Ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

1. No seu modo de ver em que consiste a Supervisão Educacional e qual a sua função?
2. Quais as responsabilidades e com que objetivos exercem essa função?
3. Quais são as áreas privilegiadas nessa ação?
4. Como você sistematiza e organiza sua ação?
5. Em que leis ou legislações se pautam a sua ação?
6. Em que se consiste o trabalho pedagógico no papel de Supervisão e quais as suas responsabilidades na organização do trabalho pedagógico, tendo em vista favorecer uma melhor qualidade de ensino?
7. Que prioridades são observadas nessa organização? Que estratégias são utilizadas?
8. Como e em que sentido esses princípios, legislações, prioridades e estratégias influenciam a qualidade do trabalho na escola?
9. Qual o papel do supervisor com relação ao planejamento e como se deve ser feito o planejamento coletivo?
10. Como a equipe técnica, em particular o supervisor, pode colaborar com planejamento do professor, visto que ele não é conhecedor da turma?
11. Como o planejamento participativo pode ter a colaboração dos responsáveis e da comunidade, se eles não conhecem as dificuldades e a realidade da turma do professor?

12. Que dificuldades são encontradas no momento do planejamento?
13. Como planejar a construção do projeto de uma escola inclusiva e qual o papel da avaliação na construção do projeto político pedagógico?
14. Os conteúdos e as atividades previstos na proposta curricular estão sendo efetivados em espaço e tempo adequados e quais os mecanismos e estratégias estão sendo utilizados para que isso aconteça?
15. Qual a organização da escolarização no tempo adotada na escola? Ela tem sido satisfatória?
16. Quais os mecanismos de controle são utilizados no desenvolvimento da proposta curricular e que concepção de currículo predomina na escola?
17. Quais os conteúdos/habilidades e práticas privilegiadas no ensino dos diferentes níveis, em que se fundamentavam e como estão distribuídas as atividades pedagógicas curriculares ao longo do ano?
18. Você considera como responsabilidade da supervisão a elaboração de planos, e de projeto político pedagógico escolar e quais os fundamentos que devem ser levados em consideração nessa elaboração ?
19. É possível realizar pesquisa na escola? A escola tem sido um objeto de pesquisa? Com que objetivos?
20. Qual a função da avaliação na escola?
21. Como avaliar a prática escolar e como avaliar adequadamente os resultados do ensino escolar?